

EAP/2025 – 1º TENENTE QOPM, QOC, QOE E QOS
(Edital DRH/CRS nº 06/2025, de 20 de fevereiro de 2025)

GABARITO PRELIMINAR

1ª QUESTÃO	A	B	C	D
2ª QUESTÃO	A	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	B	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	C	D
5ª QUESTÃO	A	B	C	D
6ª QUESTÃO	A	B	C	D
7ª QUESTÃO	A	B	C	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	B	C	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	D
11ª QUESTÃO	A	B	C	D
12ª QUESTÃO	A	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	C	D
14ª QUESTÃO	A	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	D
16ª QUESTÃO	A	B	C	D
17ª QUESTÃO	A	B	C	D
18ª QUESTÃO	A	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	C	D
21ª QUESTÃO	A	B	C	D
22ª QUESTÃO	A	B	C	D
23ª QUESTÃO	A	B	C	D
24ª QUESTÃO	A	B	C	D
25ª QUESTÃO	A	B	C	D

26ª QUESTÃO	A	B	C	D
27ª QUESTÃO	A	B	C	D
28ª QUESTÃO	A	B	C	D
29ª QUESTÃO	A	B	C	D
30ª QUESTÃO	A	B	C	D
31ª QUESTÃO	A	B	C	D
32ª QUESTÃO	A	B	C	D
33ª QUESTÃO	A	B	C	D
34ª QUESTÃO	A	B	C	D
35ª QUESTÃO	A	B	C	D
36ª QUESTÃO	A	B	C	D
37ª QUESTÃO	A	B	C	D
38ª QUESTÃO	A	B	C	D
39ª QUESTÃO	A	B	C	D
40ª QUESTÃO	A	B	C	D
41ª QUESTÃO	A	B	C	D
42ª QUESTÃO	A	B	C	D
43ª QUESTÃO	A	B	C	D
44ª QUESTÃO	A	B	C	D
45ª QUESTÃO	A	B	C	D
46ª QUESTÃO	A	B	C	D
47ª QUESTÃO	A	B	C	D
48ª QUESTÃO	A	B	C	D
49ª QUESTÃO	A	B	C	D
50ª QUESTÃO	A	B	C	D

Belo Horizonte, 29 de junho de 2025.

(a) WILLDRÉ LUIZ SANTOS FORTUNATO, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO**



EXAMES DE APTIDÃO PROFISSIONAL (EAP) PARA OS 1^{OS} TENENTES DO QOPM, QOC, QOE E QOS E PARA OS 1^{OS} E 3^{OS} SARGENTOS DO QPPM E DO QPE PARA O ANO DE 2025.

**EAP/2025 – 1º TENENTE QOPM, QOC, QOE E QOS
(Edital DRH/CRS nº 06/2025, de 20 de fevereiro de 2025)**

Legislação Jurídica – Legislação Institucional – Doutrina Operacional

NOME: _____
CPF: _____ IDENTIDADE: _____
NR PM: _____ SALA: _____
DATA: _____

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
2. Prova sem consulta.
3. Esta prova contém 50 (cinquenta) questões, valendo 2,00 (dois) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma opção de resposta.
5. Responda as questões e marque a opção na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas, sendo que, as questões rasuradas, bem como as em branco ou com mais de uma marcação não serão computadas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o porte/posse de lápis, lapiseira, borracha, corretivos, de aparelhos e equipamentos eletrônicos, computadores, máquinas calculadoras, telefones celulares, relógios de qualquer tipo, alarmes de veículos, chaves ou outros similares.
9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, para uso de sanitários ou bebedouros, no intervalo de tempo abrangido dentro da 2ª (segunda) hora de realização da prova e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
10. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de provas depois de transcorridas duas horas do início da aplicação. Os cadernos que não forem levados serão recolhidos e destruídos ou destinados à reciclagem pelo CRS.
11. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e o caderno de provas, devidamente preenchidos, conferidos e assinados.
12. O gabarito da prova objetiva será publicado no site do CRS (<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/site/crs>) e servirá de base/objeto para o recurso.

Assinatura do Candidato

LEGISLAÇÃO JURÍDICA

1ª QUESTÃO - Segundo a **Constituição Federal de 1988**, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- B. () O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- C. () Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, em substituição à ação penal cabível.
- D. () A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras competências, a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

2ª QUESTÃO - Segundo o **Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940**, Código Penal, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () O Código Penal tipifica como crime tanto a conduta intimidação sistemática (bullying) quanto a de intimidação sistemática virtual (cyberbullying).
- B. () O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- C. () No crime de feminicídio, considera-se que há razões da condição do sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- D. () O crime de ameaça, em qualquer caso, somente se procede mediante representação.

3ª QUESTÃO - Conforme o **Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940**, Código Penal, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Configura importunação sexual constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.
- B. () Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com uma adolescente de 15 (quinze) anos configura estupro, mesmo que não tenha ocorrido violência, grave ameaça, ainda que a adolescente possua o necessário discernimento para a prática do ato e tenha condições de oferecer resistência.
- C. () É crime realizar montagem em fotografia, vídeo, áudio ou qualquer outro registro com o fim de incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo, uma vez que, é definido pelo Código Penal que quem pratica a referida conduta incorre na mesma pena prevista para o crime de registro não autorizado da intimidade sexual.
- D. () Se não houver violência ou grave ameaça, não configura crime praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.

4ª QUESTÃO - Acerca do tema Cadeia de Custódia, previsto no **Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941**, Código de Processo Penal, **ENUMERE** a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | | | |
|-------|-------------------|-----|--|
| (1) | Acondicionamento. | () | Ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial. |
| (2) | Processamento. | () | Procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento. |
| (3) | Reconhecimento. | () | Ato de transferir o vestígio de um local para o outro, utilizando as condições adequadas (embalagens, veículos, temperatura, entre outras), de modo a garantir a manutenção de suas características originais, bem como o controle de sua posse. |
| (4) | Descarte. | () | Ato formal de transferência da posse do vestígio, que deve ser documentado com, no mínimo, informações referentes ao número de procedimento e unidade de polícia judiciária relacionada, local de origem, nome de quem transportou o vestígio, código de rastreamento, natureza do exame, tipo do vestígio, protocolo, assinatura e identificação de quem o recebeu. |
| (5) | Recebimento. | () | Exame pericial em si, manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito. |
| (6) | Transporte. | () | Procedimento referente à liberação do vestígio, respeitando a legislação vigente e, quando pertinente, mediante autorização judicial. |

Marque a alternativa que corresponda à sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo:

- A. () 3, 1, 6, 5, 2, 4.
 B. () 2, 1, 3, 5, 6, 4.
 C. () 2, 5, 6, 4, 3, 1.
 D. () 3, 5, 1, 4, 2, 6.

5ª QUESTÃO - Com base no **Decreto-Lei nº 3.689, de 03/10/1941**, Código de Processo Penal, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Na audiência de custódia, o juiz deverá, fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos e revelarem-se inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
- B. () A falta de testemunhas da infração impedirá que seja lavrado o auto de prisão em flagrante.
- C. () Qualquer do povo está obrigado a prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- D. () Se o executor do mandado verificar, com segurança, que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, qualquer que seja a hora, entrará à força na casa, arrombando as portas, se preciso.

6ª QUESTÃO - Segundo o que está estritamente previsto na **Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992**, Lei de Improbidade Administrativa, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada pela revelação de fato ou circunstância de que tenha ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
- B. () A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- C. () O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- D. () O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não estão sujeitos à obrigação de repará-lo, mesmo que dentro do limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

7ª QUESTÃO - Segundo o que está estritamente previsto na **Lei Federal nº 8.429, de 02/06/1992**, que trata das sanções por atos de improbidade administrativa, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Em caso de condenação por improbidade administrativa, a sanção de perda da função pública se efetivará independentemente do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- B. () Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei Federal nº 8.429/92 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- C. () Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- D. () Qualquer pessoa poderá apresentar à autoridade administrativa competente uma representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

8ª QUESTÃO - O 1º Sgt QPR Bravo, policial militar da reserva, após uma discussão iniciada durante uma partida de baralho, exibindo um revólver em sua cintura, proferiu ameaças contra o civil Charlie. Uma guarnição foi acionada e, diante dessas alegações, os policiais realizaram uma busca pessoal no militar da reserva, encontrando em sua cintura um revólver com a numeração raspada. Com base nesse caso, na **Lei Federal nº 10.826, de 22/12/2003**, Estatuto do Desarmamento, no **Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940**, Código Penal, e no **Decreto-Lei nº 1.001, de 21/10/1969**, Código Penal Militar, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O Sgt Bravo responderá apenas por porte ilegal de arma de fogo.
- B. () A conduta do Sgt Bravo configura unicamente o crime de ameaça, previsto no Código Penal.
- C. () Em relação ao porte de arma de fogo com numeração raspada o Sgt Bravo incorrerá nas mesmas penas do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- D. () Em razão de sua condição de militar e da situação, o Sgt Bravo cometeu crime militar de ameaça, previsto no Código Penal Militar.

9ª QUESTÃO - De acordo com a **Lei Federal nº 10.826, de 22/12/2003**, Estatuto do Desarmamento, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime, configura crime de disparo de arma de fogo.
- B. () A autorização de porte de arma de fogo de competência da Polícia Federal perderá automaticamente sua eficácia, caso o portador da arma seja detido ou abordado em local que comercialize bebida alcoólica.
- C. () Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade, é crime de omissão de cautela.
- D. () A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

10ª QUESTÃO - Com base na **Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989**, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () A segurança pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Penal.
- B. () A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, pelos juízes de Direito, indicados pelo quinto constitucional, e por Oficiais da ativa, do mais alto posto da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar.
- C. () Compete à Justiça Militar processar e julgar civis nos crimes contra a administração militar.
- D. () Os Juízes de Direito do Juízo Militar somente atuam em conjunto com Conselhos de Justiça, não lhes sendo conferida competência para atuação singular em nenhuma hipótese.

11ª QUESTÃO - Com base no **Decreto-Lei nº 1.001, de 21/10/1969**, Código Penal Militar, são crimes contra o serviço militar e o dever militar, **EXCETO**.

- A. () Dormir em serviço.
- B. () Abandono de posto.
- C. () Descumprimento de missão.
- D. () Constrangimento ilegal.

12ª QUESTÃO - De acordo com o **Decreto-Lei nº 1.001, de 21/10/1969**, Código Penal Militar, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O agente que, em qualquer dos casos de exclusão de crime, excede culposamente os limites da necessidade, responde pelo fato, mesmo que este não seja punível a título de culpa.
- B. () É culpado quem comete o crime sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.
- C. () É isento de pena quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.
- D. () Quando, por ineficácia absoluta do meio empregado ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime, pune-se a tentativa.

13ª QUESTÃO - São critérios de julgamento expressamente previstos na **Lei Federal nº 14.133, 01/04/2021** Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para a modalidade de licitação por concorrência, **EXCETO**.

- A. () Técnica e preço.
- B. () Melhor técnica ou conteúdo artístico.
- C. () Melhor relação custo-benefício.
- D. () Maior retorno econômico.

14ª QUESTÃO - A **Lei Federal nº 14.133, 01/04/2021**, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, aplica-se às seguintes hipóteses, **EXCETO**.

- A. () Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública.
- B. () Alienação e concessão de direito real de uso de bens; compra, inclusive por encomenda; locação.
- C. () Concessão e permissão de uso de bens públicos; prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- D. () Obras e serviços de arquitetura e engenharia; contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

15ª QUESTÃO - Segundo o **Decreto-lei nº 4.657, de 04/09/1942**, Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- B. () Salvo o conscrito ou, nos casos expressamente previstos em lei específica, o analfabeto, ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- C. () Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.
- D. () Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

16ª QUESTÃO - Segundo as disposições da **Lei Federal nº 13.869, de 05/09/2019**, Lei de Abuso de Autoridade, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Um dos efeitos da condenação por crime de abuso de autoridade é tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- B. () As condutas, descritas na Lei Federal nº 13.869/2019, constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou a satisfação pessoal.
- C. () É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território.
- D. () Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade são de ação penal pública condicionada à representação.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

17ª QUESTÃO - Conforme a **Resolução nº 5.332, de 18 de dezembro de 2023**, que aprovou o Plano Estratégico da Polícia Militar de Minas Gerais para o quadriênio 2024-2027, o modelo de gestão da PMMG funciona de forma sistêmica, alicerçado sobre as dinâmicas relacionadas ao gerenciamento por diretrizes e ao gerenciamento da rotina do dia a dia. Isto posto, analise as afirmativas abaixo e marque V (Verdadeiro) ou F (Falso).

- () Na PMMG, o Gerenciamento pelas Diretrizes é estruturado em Gestão do Desempenho Operacional (GDO) e pela Gestão do Desempenho Administrativo (GDA).
- () A GDA abarca as diretrizes e indicadores estratégicos da atividade-fim.
- () O gerenciamento da rotina do dia a dia é a atividade que busca a manutenção da performance bem como a aplicação de melhorias incrementais e intervenções pontuais nos processos organizacionais como forma de atingir os resultados esperados em áreas específicas.
- () A GDO abarca os direcionamentos estratégicos da atividade gerencial e atividade meio da Instituição.

Marque a alternativa que corresponda, de cima para baixo, à sequência **CORRETA**:

- A. () F, V, F, F.
- B. () V, F, V, F.
- C. () V, F, F, F.
- D. () F, F, V, V.

18ª QUESTÃO - De acordo com a **Resolução nº 5.332, de 18 de dezembro de 2023**, que aprovou o Plano Estratégico da Polícia Militar de Minas Gerais para o quadriênio 2024-2027, a estratégia Institucional está organizada em perspectivas, sendo elas: Sociedade; Pessoas, Aprendizagem e Crescimento; e Finanças, todas organizadas em suas respectivas Diretrizes. Isto posto, **ENUMERE** a segunda coluna, onde constam os objetivos estratégicos, de acordo com as respectivas diretrizes estratégicas, constantes da primeira coluna e, ao final, responda o que se pede.

- | | |
|--|---|
| (1) Proporcionar acesso a serviços de segurança pública de qualidade. | () Otimizar as operações de inteligência policial militar; potencializar a capacidade de primeira resposta. |
| (2) Combater as organizações criminosas. | () Incluir militares temporários; designar e reconduzir militares da reserva para o serviço ativo. |
| (3) Valorizar o público interno. | () Melhorar a agilidade e a qualidade do atendimento à população; totalizar a digitalização e a integração da rede de rádio; aprimorar o atendimento de minorias e pessoas em situação de vulnerabilidade. |
| (4) Contribuir para o equilíbrio da previdência dos militares do Estado. | () Melhorar o bem estar e a qualidade de vida dos militares e servidores civis; aperfeiçoar e expandir a rede CTPM; aperfeiçoar a gestão dos servidores civis. |

Marque a alternativa que contém a sequência **CORRETA** de respostas, na ordem de cima para baixo:

- A. () 3, 2, 4, 1.
- B. () 1, 3, 2, 4.
- C. () 4, 3, 1, 2.
- D. () 2, 4, 1, 3.

19ª QUESTÃO - Conforme a **Resolução nº 5.139, de 25 de outubro de 2021**, que aprovou o Manual de Gestão de Imóveis da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () A cessão de uso, que não poderá ser onerosa, é celebrada por meio de um termo, no qual a PMMG utiliza o bem público de outro ente federado, para desenvolver atividade de interesse para a coletividade.
- B. () Nos imóveis classificados como residências funcionais ou não funcionais, a responsabilidade pelo recolhimento da Taxa de Resíduos Sólidos será do militar ocupante do imóvel.
- C. () Os imóveis sob a responsabilidade da PMMG são classificados como próprios, de terceiros e locados.
- D. () Nenhum imóvel sob responsabilidade da PMMG, seja residencial ou sede de aquartelamento, poderá ser transformado em residência coletiva, repúblicas ou alojamentos, mesmo que em caráter temporário, excetuadas as unidades escola e de treinamentos.

20ª QUESTÃO - Considerando a **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 01, de 03 de fevereiro de 2014**, ICCPM/BM nº 01/14, a respeito do controle de armários em lugar sujeito à Administração Militar, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Quando ocorrer a perda ou extravio de chaves ou segredos de seu armário o militar deve comunicar à Administração, para que a Unidade proceda a imediata substituição do cadeado, fechaduras ou troca do segredo.
- B. () Inopinadamente, por amostragem, em situações de fundada suspeita ou de flagrância e desde que haja ordem judicial, poderá ser determinada a abertura do armário cedido a militar.
- C. () O militar detentor de armário cedido pela Administração das Unidades das IME está sujeito, dentre outras obrigações, a abster-se, em razão da sua vulnerabilidade, da guarda de valores elevados em dinheiro, munição ou armamento particular.
- D. () O fato de os detentores de armário em lugar sujeito à Administração Militar poderem acomodar bem particular em seu interior, retira a natureza pública que repousa sobre o local, e relativiza o poder de acesso e fiscalização por parte da Administração Militar.

21ª QUESTÃO - Considerando o contido na **Instrução Conjunta de Corregedorias nº 01, de 03 de fevereiro de 2014**, ICCPM/BM nº 01/14, que Estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e do CBMMG, no que diz respeito às definições sobre a transgressão disciplinar definida por “apresentar-se com sinais de embriaguez alcoólica ou sob efeito de outra substância entorpecente, estando em serviço, fardado, ou em situação que cause escândalo ou que ponha em perigo a segurança própria ou alheia”, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Para a configuração da transgressão deve o militar encontrar-se em serviço e fardado, não ocorrendo a transgressão no momento de folga e em trajes civis.
- B. () O militar que, em serviço, apresentar sinais de embriaguez comete a transgressão mesmo que não cause escândalo e que não ponha em perigo a segurança própria ou alheia.
- C. () O teste do etilômetro é imprescindível para que se comprove a transgressão.
- D. () Para a configuração da transgressão deve o militar encontrar-se em qualquer situação que cause escândalo, desde que haja grande repercussão.

22ª QUESTÃO - Com base na **Resolução nº 5.142, de 22 de novembro de 2021**, que aprovou o Manual de Gerenciamento de Frota da Polícia Militar de Minas Gerais (MAGEF), marque V (Verdadeiro) ou F (Falso).

- () O militar dispensado por motivo de saúde que o impeça de conduzir viaturas deverá ser avaliado pelo médico da Unidade, sendo seu afastamento comunicado pelo NAIS, ou setor de saúde responsável, ao Chefe da Seção Administrativa ou equivalente para que a administração efetive os lançamentos correspondentes no SIAD e ele não seja incluído como motorista na escala, até cessarem os impedimentos.
- () Deverá ser priorizado o emprego de viaturas locadas nas frações, não sendo admitido o emprego de viaturas orgânicas no serviço se houver viaturas locadas subutilizadas na fração.
- () As viaturas, durante a execução de patrulhamento, deverão manter acionados os dispositivos luminosos e, em caso de emergência, deverão, também, manter acionados os dispositivos sonoros.
- () O Gestor de Frota da Unidade será o Chefe da Seção Administrativa da Unidade e terá como atribuições coordenar o uso, os lançamentos necessários no SIAD e os demais sistemas de controle adotados, além da adoção de providências para manutenção, elaboração de relatórios para subsidiar instauração de procedimentos administrativos e assessoramento ao Comandante da Unidade e do Gestor de Frota da UDI/RPM.

Marque a alternativa que corresponda, na ordem de cima para baixo, à sequência **CORRETA**.

- A. () V, V, V, V.
- B. () F, F, V, F.
- C. () V, F, F, V.
- D. () F, V, V, F.

23ª QUESTÃO - Analise as assertivas abaixo sobre a **Lei Estadual nº 5.301/69, de 16/10/1969**, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, EMEMG, e marque V (Verdadeiro) ou F (Falso).

- () A antiguidade de cada posto ou graduação será regulada pela data da promoção ou nomeação, pela prevalência dos graus hierárquicos anteriores, pela data de praça e pela data de nascimento.
- () Os militares integrantes do QO-PM/BM, do QP-PM/BM e do QOC-PM/BM, além das atribuições típicas de seus cargos relacionadas às atividades finalísticas da respectiva IME, poderão, eventualmente, prestar assessoramento técnico-científico nas áreas de saúde, engenharia, arquitetura, tecnologia, logística, recursos humanos, contabilidade, estatística, música e veterinária, entre outras, conforme o conhecimento e a habilidade do militar e respeitadas as limitações legais para o seu exercício.
- () Serão organizados anualmente "almanaques" da Polícia Militar, contendo a relação nominal de oficiais, aspirantes a oficial e graduados da ativa, distribuídos pelos respectivos quadros, de acordo com a antiguidade dos postos e graduações.
- () As escalas ordinárias de trabalho dos militares serão publicadas em ciclos de sete dias, com no mínimo cinco dias de antecedência, e inseridas no sistema de dados da Instituição para acompanhamento e controle.

Assinale a alternativa que corresponda, na ordem de cima para baixo, à sequência **CORRETA**.

- A. () V, F, V, F.
- B. () V, V, V, F.
- C. () F, F, F, F.
- D. () V, V, F, V.

24ª QUESTÃO - Com base na **Lei Estadual nº 5.301/69, de 16/10/1969**, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, EMEMG, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. O aluno do CHO reprovado, desligado ou com impedimento à promoção retornará ao seu grau hierárquico anterior, computando esse tempo para todos os fins previstos no EMEMG.
- II. O Oficial punido em decorrência de sua submissão a processo administrativo disciplinar de natureza demissionária pela prática de ato que afete a honra pessoal ou o decore da classe será considerado possuidor do requisito de idoneidade moral dois anos após o término do cumprimento da sanção disciplinar.
- III. O Aspirante-a-Oficial que for declarado não vocacionado para o oficialato, nos termos de regulamentação específica, não será submetido novamente ao período de estágio na graduação de Aspirante-a-Oficial, devendo ser exonerado ou retornar à graduação que ocupava antes do início do Curso de Formação de Oficiais, no caso de militar estável que já pertencia à IME, após submissão a processo administrativo exoneratório ou equivalente.
- IV. O militar que não for avaliado na AADP por estar totalmente afastado por mais de cento e vinte dias de suas atividades, independentemente do motivo do afastamento, permanecerá com o resultado da sua última ADI, se este for superior a 70% (setenta por cento).

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
- B. () Apenas as assertivas I, III e IV são verdadeiras.
- C. () Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- D. () Todas as assertivas são verdadeiras.

25ª QUESTÃO - Considerando a **Lei Estadual nº 14.310/02, de 19/06/2002**, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, CEDM, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede.

- I. As sanções disciplinares de militares, em regra, serão publicadas em boletim ostensivo, e o transgressor notificado pessoalmente, garantindo ampla divulgação como medida educativa para toda a coletividade, salvo os assuntos de caráter sigilosos assim definidos pelo CEDMU.
- II. Poderão ser aplicadas, independentemente das demais sanções ou cumulativamente com elas: cancelamento de matrícula, com desligamento de curso, estágio ou exame; destituição de cargo, função ou comissão; movimentação de unidade ou fração.
- III. Quando se tratar de falta ao serviço, o militar perderá os vencimentos correspondentes aos dias em que se verificar a transgressão, desde que seja aplicada sanção disciplinar.
- IV. A prestação de serviço consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a oito horas, sem remuneração extra.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A. () Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.
- B. () Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- C. () Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- D. () Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

26ª QUESTÃO - De acordo com a **Lei Estadual nº 14.310/02, de 19/06/2002**, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, CEDM, para fins de submissão a Processo Administrativo Disciplinar (PAD), consideram-se atos que afetam a honra pessoal ou o decore da classe, **EXCETO**.

- A. () Apresentar-se com sinais de embriaguez alcoólica ou sob efeito de outra substância entorpecente, estando em serviço, fardado, ou em situação que cause escândalo ou que ponha em perigo a segurança própria ou alheia.
- B. () Praticar ato atentatório à dignidade da pessoa ou que ofenda os princípios da cidadania e dos direitos humanos, devidamente comprovado em procedimento apuratório.
- C. () Fazer uso do posto ou da graduação para obter ou permitir que terceiros obtenham vantagem pecuniária indevida.
- D. () Exercer coação ou assediar pessoas com as quais mantenha relações funcionais.

27ª QUESTÃO - Sobre a **Resolução Conjunta nº 4.220/12, de 28/06/2012**, que criou o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA), é **CORRETO** afirmar que.

- A. () A destruição de processos e procedimentos, decorrente de caso fortuito ou força maior, no caso da ocorrência de sinistro por inundações e fogo não é razão para que ocorra a Restauração de Processo ou Procedimento.
- B. () Toda autoridade militar que mandar instaurar Relatório de Investigação Preliminar (RIP) será competente para solucioná-lo.
- C. () Em uma Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD), a não apresentação da defesa prévia sujeitará o sindicado ao efeito da revelia, o que acarretará a nomeação de um defensor *ad hoc* para apresentar a referida defesa.
- D. () A contagem do prazo prescricional inicia-se na data do cometimento da transgressão disciplinar e termina com a efetiva ativação da sanção administrativa, salvo nos casos de transgressões permanentes ou residuais a delitos permanentes ou de falsidade.

28ª QUESTÃO - Considerando os atos probatórios em processos administrativos previstos na **Resolução Conjunta nº 4.220/12, de 28/06/2012**, que criou o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (MAPPA), é **CORRETO** afirmar que.

- A. () O reclamante/vítima prestará o compromisso legal de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, atentando para a eventual prática de infração penal por denúncia caluniosa ou outro delito.
- B. () O militar responsável pela confecção da Comunicação Disciplinar, Queixa Disciplinar ou Relatório Reservado poderá ser eventualmente ouvido na condição de testemunha ou ofendido em processo/procedimento que for instaurado em decorrência do fato.
- C. () Deve-se, em regra, primeiramente, ouvir todas as testemunhas apresentadas pela defesa e depois as do processo (aquelas arroladas pelo responsável da apuração). A inversão na ordem da audição das testemunhas, quando autorizadas pela defesa ou, excepcionalmente, quando forem devidamente justificadas pelo sindicante/comissão durante o curso do processo, não importarão em causa de nulidade.
- D. () Após formalizada a oitiva de qualquer pessoa nos autos, não poderá ser agendada nova data para coleta de termo de declarações ou de depoimento complementar, mesmo que surja necessidade.

29ª QUESTÃO - Conforme o Manual de Polícia Judiciária das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, Aprovado pela **Resolução Conjunta nº 5.346, de 15/02/2024**, acerca dos procedimentos para a confecção do Inquérito Policial Militar (IPM), marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () A Carta Precatória pode ser utilizada para ouvir testemunha, investigado e ofendido.
- B. () A notificação do militar da ativa será endereçada diretamente ao próprio militar.
- C. () Para aqueles casos em que várias pessoas forem chamadas para efetuar o reconhecimento de pessoa(s), cada uma delas o fará separadamente, de maneira tal que uma não possa influenciar na percepção da outra. Em ato contínuo, será lavrado um único termo de reconhecimento.
- D. () A designação do escrivão no Inquérito Policial Militar será feita na portaria de delegação da autoridade de polícia judiciária militar, podendo ser feita também pelo encarregado do IPM. Nas investigações de maior complexidade ou com grande quantidade de oitivas poderá ser designado mais de um escrivão.

30ª QUESTÃO - Conforme o Manual de Polícia Judiciária das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, Aprovado pela **Resolução Conjunta nº 5.346, de 15/02/2024**, acerca das medidas restritivas de liberdade no curso do IPM, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () A detenção cautelar somente poderá ser decretada com autorização prévia do juiz da Auditoria Militar, mediante ordem escrita e fundamentada, sendo imprescindível a ocorrência de flagrante delito.
- B. () A detenção cautelar é cabível no curso do IPM, podendo ser decretada pelo encarregado do inquérito em desfavor do indiciado.
- C. () A prisão preventiva sempre apresenta aplicação mais rápida que a detenção cautelar.
- D. () A detenção cautelar pode ser decretada tanto em desfavor do indiciado quanto do investigado.

31ª QUESTÃO - Considerando o contido no **Ofício Circular nº 671.1.1/2023 - CPM**, cujo assunto é a inviabilidade de consignação de perguntas em Termo de Interrogatório, após a invocação do direito ao silêncio pelo interrogado, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A. () São fases do interrogatório as perguntas em relação à qualificação e quanto aos fatos. O direito ao silêncio assiste ao imputado em ambas as fases, podendo ser exercido total ou parcialmente.
- B. () Exercido o direito parcial ao silêncio, serão consignadas em termo somente as perguntas e respostas elaboradas pela própria defesa, entretanto o encarregado também poderá formular perguntas ao imputado.
- C. () O interrogatório é um ato processual dotado de natureza mista, por se tratar de meio de prova e concomitantemente de defesa, sendo personalíssimo, bifásico e protegido pelo direito ao silêncio.
- D. () Iniciado o ato de interrogatório, ao ser invocado o direito total ao silêncio pelo imputado, o encarregado deverá prosseguir com as perguntas, estando o imputado desobrigado de responde-las.

32ª QUESTÃO - Considerando o contido no **Ofício Circular nº 945.1.1/2023 - CPM**, que trata de orientações sobre a oitiva da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, em processos e procedimentos administrativos, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O acesso, pelos advogados dos militares indiciados/investigados, aos autos que contenham depoimento especial de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, por tramitarem em segredo de justiça, deverá ser efetivado por intermédio de autorização do encarregado.
- B. () A violência institucional se refere à conduta de submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade a situação de violência ou outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização.
- C. () Nos processos e procedimentos de natureza criminal ou administrativo-disciplinar, quando houver envolvimento de crianças e/ou adolescentes na condição de vítima ou testemunha de violência, sua oitiva deve ser realizada, ainda que haja outros meios de prova suficientes para instruir os autos.
- D. () Considera-se criança a pessoa até dez anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre dez e dezoito anos de idade.

DOCTRINA OPERACIONAL

33ª QUESTÃO - Com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.01/2020 (MTP 01)**, que regula a Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Ao verbalizar, durante uma abordagem policial, o policial militar deve manter o equilíbrio e o autocontrole, mesmo se o abordado não obedecer, se fizer comentários ofensivos, ignorar a sua presença ou atrair a atenção de pessoas em volta. A linguagem que deve prevalecer é a do policial militar e não a do abordado.
- B. () Sobre as etapas da intervenção, a Avaliação consiste na decisão acerca das atribuições de cada policial militar, dos métodos e procedimentos para alcançar objetivos da intervenção. Os policiais militares, trabalhando em equipe, devem ter atitudes coerentes entre si, fruto de uma mesma avaliação de risco e um consequente escalonamento da força.
- C. () O cumprimento de ordens superiores não será justificado quando os policiais militares tenham conhecimento de que uma determinação para usar de força ou armas de fogo foi manifestamente ilegal e que esses policiais militares tenham tido oportunidade razoável de se recusarem a cumpri-la. Nesse caso, a responsabilidade pelo uso da força recai sobre o policial militar que a empregou e não aos superiores que tenham dado ordens ilegais.
- D. () A responsabilidade pelo uso da força é individual, portanto, não existe possibilidade de imputar ao superior imediato responsabilidade quando os policiais militares sob suas ordens tenham recorrido ao uso excessivo de força.

34ª QUESTÃO - De acordo com o **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.01/2020 (MTP 01)**, Intervenção Policial, Processo de Comunicação e Uso da Força, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Conforme o princípio da necessidade, o uso da força será empregado quando, devido as circunstâncias apresentadas no cenário de atuação, for impossível de se evitar. Guarda relação com a ação que se espera e o meio disponível.
- B. () O uso dissuasivo de armas de fogo faz parte do nível primário para o uso diferenciado de força.
- C. () Sobre os níveis de comportamento da pessoa abordada, na resistência ativa com agressão não letal, o abordado opõe-se à ordem, agredindo os policiais militares ou as pessoas envolvidas na intervenção, contudo, tais agressões, aparentemente, não representam risco de morte, a exemplo do agressor, empunhando uma faca, desloca-se em direção ao policial militar e tenta atacá-lo.
- D. () A gravidade da ameaça consiste em aferir se o resultado da ação policial-militar está pautado na lei. Por sua vez, o objetivo legal pretendido, para ser avaliado, deverão ser considerados, entre outros aspectos, a intensidade, a periculosidade e a forma de proceder do agressor, a hostilidade do ambiente e os meios disponíveis ao policial militar.

35ª QUESTÃO - Com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2020-CG (MTP 02)**, Abordagem a Pessoas, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () No desenvolvimento da abordagem, o policial militar manterá a atenção às possíveis mudanças que venham a ocorrer no cenário e que podem, por exemplo, obrigá-lo a aumentar ou diminuir o nível de força. Contudo, o comportamento do abordado (cooperativo, resistente passivo e ativo) não será determinante para a mudança de postura tática.
- B. () A busca pessoal é o conjunto ordenado de ações policiais para aproximar-se de uma ou mais pessoas, veículos ou edificações.
- C. () A supremacia de força é uma vantagem tática do policial militar em relação ao abordado para uma atuação segura. Esta vantagem é medida apenas de forma quantitativa, relacionada ao número de policiais militares, que deve ser superior ao número de abordados.
- D. () A abordagem a pessoas envolve um conjunto ordenado de ações policiais para se aproximar de um ou mais indivíduos, com o intuito de resolver demandas do policiamento ostensivo. Este conceito possui um sentido amplo, ou seja, abrange a todos os cidadãos, não se restringindo às pessoas em situação de suspeição.

36ª QUESTÃO - Com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.02/2020-CG (MTP 02)**, Abordagem a Pessoas, marque a alternativa **INCORRETA**.

- A. () Se o delito praticado pelo vereador não tiver nenhum vínculo político com sua função ou for fora de sua circunscrição, o policial militar deverá prendê-lo, registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS), encaminhando-o à Polícia Judiciária competente. Os Vereadores gozam de prerrogativa em relação à prisão no cometimento de delitos somente nos casos relacionados com sua função, sendo invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município. Nos demais casos, recebem os mesmos tratamentos dos demais cidadãos.
- B. () Enquanto não sobrevier sentença condenatória nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito à prisão. O policial militar irá liberar o Presidente da República no local e registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS), encaminhando o registro à Polícia Judiciária Federal (Polícia Federal), para possíveis providências.
- C. () Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nos crimes comuns, os prefeitos não estarão sujeitos à prisão. O policial militar irá liberar o prefeito no local e registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS), encaminhando o registro à Polícia Judiciária Federal (Polícia Federal), para possíveis providências.
- D. () Nos casos em que Policiais Penais figurarem como autores de crimes, o policial militar deverá prendê-los e registrar o Boletim de Ocorrência (BO/REDS). Após a chegada de integrantes da Instituição do conduzido, será encaminhado à Polícia Judiciária competente, para possíveis providências. Não possuem prerrogativas em relação à prisão em flagrante no cometimento de delitos, tendo o mesmo tratamento dos demais cidadãos.

37ª QUESTÃO - Com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2020-CG (MTP 03)**, Blitz Policial, marque a alternativa **INCORRETA** quanto ao conceito e classificação das operações Blitz.

- A. () A Blitz Policial pode ser executada por uma equipe composta somente por policiais militares ou por policiais militares em conjunto com os integrantes de diversos órgãos, conforme o tipo de policiamento realizado.
- B. () De acordo com os objetivos, as operações blitz classificam-se em: Educativa, a qual visa informar, orientar e conscientizar as pessoas sobre temas de interesse público; e Preventiva, a qual visa realizar verificações em locais onde há incidência significativa ou a possibilidade de ocorrerem infrações e delitos.
- C. () As operações blitz devem possuir caráter preventivo, ainda que objetivem reprimir alguma modalidade criminosa particular.
- D. () Na execução de uma operação blitz de qualquer tipo, caso o policial se depare com irregularidades (penais ou administrativas) que não sejam o escopo primordial da operação, ele pode deixar de tomar providências, pois o policial não pode perder o foco e o objetivo principal da operação.

38ª QUESTÃO - Com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.03/2020-CG (MTP 03)**, Blitz Policial, marque a alternativa **INCORRETA** quanto ao planejamento e desenvolvimento de um Blitz Policial.

- A. () O tempo previsto para a execução da blitz policial será de no mínimo trinta minutos, de modo a alcançar o objetivo sem comprometer a qualidade das operações policiais. Conforme avaliação feita pelo coordenador do policiamento, no local, o tempo poderá ser redefinido, desde que autorizado pelo comandante de companhia.
- B. () Se o local e horário escolhidos para a execução da operação influenciarem no desenvolvimento normal do tráfego, tornando-o intenso, devido ao estrangulamento do fluxo de veículos, será avaliada a possibilidade de realizar a operação em local e horário diversos, sem, contudo, perder o foco e o objetivo principal da operação.
- C. () O local e o horário de instalação da blitz policial são aspectos importantes a serem observados no planejamento da operação. O local não pode ser escolhido aleatoriamente. Deve ser definido a partir de dados obtidos na análise criminal e em conformidade com as metas estabelecidas.
- D. () Em caso de condições climáticas adversas, em especial, no caso de chuva forte, a operação poderá ser adiada, suspensa ou cancelada, pois nessa situação, o quesito segurança poderá ser comprometido, pela dificuldade de visibilidade, pela frenagem e pela possibilidade da ocorrência de acidentes de trânsito.

39ª QUESTÃO - Com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2020-CG (MTP 04)**, Abordagem a veículos, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Bloqueio: é uma ação tática, que consiste no posicionamento conjunto de policiais militares e viaturas policiais (e outros recursos logísticos) em pontos estratégicos dentro de um espaço geográfico, a fim de controlar as rotas de fuga do veículo evasor, por meio da disposição de obstáculos na via de forma a reduzir a velocidade dos veículos que passam pelo local.
- B. () Cerco: é uma ação tática que decorre da perseguição e que consiste no posicionamento de obstáculos com a finalidade de interromper totalmente o fluxo da via.
- C. () A Operação Cerco, Bloqueio e Interceptação é uma intervenção policial legal, coercitiva, e que expressa o poder discricionário conferido ao policial militar para que promova com eficiência o policiamento ostensivo, atendendo inclusive aos requisitos de um poder-dever de que não poderá se furtar.
- D. () A perseguição policial e a Operação Cerco, Bloqueio e Interceptação são intervenções policiais de nível II (preventiva) ou III (repressivas), que visam abordar o veículo suspeito ou compelir o infrator a cessar a resistência, em obediência a uma ordem policial, forçando-o a parar o deslocamento, a fim de que seja abordado.

40ª QUESTÃO - Com base no **Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2020-CG (MTP 04)** - Abordagem a veículos, marque a alternativa **CORRETA** quanto à distribuição de funções em uma abordagem a veículos.

- A. () O PM Vistoriador é o principal responsável pela segurança dos integrantes da guarnição, devendo manter-se afastado e atento ao cenário da abordagem.
- B. () O PM Revistador é o responsável pela busca pessoal nos passageiros e não realiza busca no interior do veículo.
- C. () O PM Vistoriador é o policial militar que procede à abordagem e mantém contato visual e verbal com o condutor do veículo e seus passageiros. É também o responsável pela verificação de documentos e vistoria do veículo.
- D. () O PM Comandante não pode acumular funções, pois sua atuação é limitada à supervisão estratégica.

41ª QUESTÃO - Com base na **Instrução nº 3.03.28 - CG, de 16/03/2020**, que regula a atuação do policial militar no gerenciamento de crises decorrentes de incidentes críticos de natureza policial, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Na fase de coordenação e controle o incidente crítico está em andamento e o Comandante da Cena de Ação, assessorado pelo Gestor do Incidente, adota as providências para selecionar e preparar os recursos materiais e humanos necessários à resolução da crise.
- B. () O Gestor do Incidente Crítico é o Oficial de maior posto, a autoridade de linha. Ele é o responsável pela tomada de decisão e emite, mediante assessoramento do Primeiro Interventor, ordens específicas para intervenção em nível de alternativas táticas.
- C. () O Comandante da Cena de Ação é o policial da unidade especializada, Batalhão de Operações Especiais (BOPE), de maior posto ou graduação, podendo, inclusive, recair sobre a figura do Comandante da Unidade. De acordo com a tipologia do incidente, ele seleciona as equipes táticas, os recursos necessários e os especialistas exigidos para a intervenção.
- D. () O Comandante da Cena de Ação e o Gestor do Incidente, ao chegarem à cena de ação, devem desconsiderar se as ações iniciais do Primeiro Interventor e do Controlador do Incidente foram realizadas conforme previsto na norma e devem adotar, a partir de então, técnicas especializadas na condução do evento.

42ª QUESTÃO - Considerando a **Instrução nº 3.03.28 - CG, de 16/03/2020**, que regula a atuação do policial militar no gerenciamento de crises decorrentes de incidentes críticos de natureza policial, em relação ao modelo de uso diferenciado de força e alternativas táticas, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O uso diferenciado da força resulta no escalonamento das possibilidades da ação policial militar diante de uma potencial ameaça a ser controlada e, assim como na prática policial básica, as condutas permitidas ao policial estão distribuídas em níveis, segundo o grau de letalidade. As técnicas e tecnologias não-letais estão no nível primário.
- B. () Negociação técnica é aquela usada para dar suporte ao emprego das outras alternativas táticas, servindo de subterfúgio, de “cortina de fumaça”, e, ao mesmo tempo, como forma de garantir que sempre haja a possibilidade de resolução da crise com o menor emprego de força possível.
- C. () Cigarro é exemplo de uma exigência não negociável.
- D. () Droga lícita, sem prescrição médica, é exigência não negociável.

43ª QUESTÃO - De acordo com a **Instrução nº 3.03.24 – CG, de 26/10/2018**, que regula a atuação do policial militar primeiro interventor em ocorrências de incidentes críticos de segurança pública de natureza policial, marque V (Verdadeiro) ou F (Falso), e, ao final, responda o que se pede.

- () A ação de Conter a ser realizada pelo primeiro interventor consiste em acalmar o perpetrador e vítimas, em termos emocionais e também em diminuir a tensão e tornar o ponto crítico tranquilo em termos físicos, evitando-se barulhos de sirenes, aglomeração de policiais militares armados, etc.
- () Ao executar a função operacional de coordenador do policiamento para o processo de gestão de incidente crítico, o CPU/Correspondente assume a figura de gestor do incidente.
- () O posto de Comando, em qualquer caso, é coordenado pelo Controlador do incidente crítico.
- () O perímetro tático mediato é conhecido como zona amarela. Nesse perímetro é montado o posto tático, coordenado pelo comandante da cena de ação, onde permanecem Corpo de bombeiros, SAMU, as equipes táticas e seus líderes.

Marque a alternativa que corresponda, de cima para baixo, à sequência **CORRETA**.

- A. () F, F, F, F.
- B. () V, F, F, V.
- C. () F, V, V, V.
- D. () V, F, F, F.

44ª QUESTÃO - Considerando o disposto na **Instrução nº 3.03.24 – CG, de 26/10/2018**, que regula a atuação do policial militar primeiro interventor em ocorrências de incidentes críticos de segurança pública de natureza policial, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

- I. A imprensa também poderá demandar informações nos momentos iniciais de um incidente crítico. O primeiro interventor não pode ser fonte de informações à imprensa considerando que deve se ater a passar informações sobre a crise para o gestor do incidente crítico.
- II. Ao tratar com a imprensa, o policial militar deve sempre pensar antes de responder. Ao ser questionado sobre alguma situação, deve-se ganhar alguns segundos perguntando, por exemplo, qual o nome do jornalista e para qual empresa ele trabalha, mesmo que o policial saiba as respostas.
- III. Se o policial não tiver informações suficientes sobre o incidente crítico, ele deve buscar descrever as providências iniciais adotadas e dizer que a imprensa será informada à medida que os fatos forem confirmados.
- IV. Ignorar o jornalista ou recusar-se a dar informações não vai evitar a existência do fato. Assim, o primeiro interventor, desde o primeiro momento, deve repassar o número de vítimas ou de criminosos.

Marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Todas as assertivas são verdadeiras.
- B. () Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- C. () Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.
- D. () Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

45ª QUESTÃO - O Ten Bravo serve em um Batalhão da 1ª RPM e é o oficial designado como coordenador do CREDS-TC de sua Unidade. Ele confere a documentação relacionada aos REDS-TC recebidos no CREDS-TC, solicita as correções necessárias e encaminha os REDS-TC ao Juizado Especial a cada duas semanas, mantendo um controle rigoroso sobre a tramitação e as providências decorrentes dos registros de TCO do seu Batalhão. Diante das ações do Ten Bravo e, tendo como base a **Resolução nº 4.745, de 26/10/2018**, que dispõe sobre os procedimentos operacionais para lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências pela PMMG, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O Ten Bravo está agindo corretamente como oficial encarregado pelo CREDS-TC de seu Batalhão, não havendo ressalvas quanto à gestão descrita na questão, já que está de acordo com a Resolução 4.745/2018.
- B. () Apesar de manter um controle rigoroso sobre a tramitação e as providências decorrentes dos registros de TCO, a gestão realizada pelo Ten Bravo está em desacordo com a Resolução 4.745/2018, uma vez que a documentação relativa ao REDS-TC deverá ser encaminhada ao JECrim no primeiro dia útil posterior ao registro, não ultrapassando o prazo máximo de uma semana.
- C. () O Ten Bravo não está agindo de acordo com a Resolução nº 4.745/2018, uma vez que deverá encaminhar a documentação relativa aos REDS-TC ao JECrim impreterivelmente no primeiro dia útil posterior ao registro.
- D. () O Ten Bravo está atuando além das atribuições que são conferidas ao oficial responsável pelo CREDS-TC, uma vez que a conferência da documentação é de competência exclusiva da equipe policial-militar que registrou o fato.

46ª QUESTÃO - A equipe policial-militar composta pelo Sgt Alpha e Cb Delta foi atender uma ocorrência de lesão corporal leve. Quando chegou ao local, constatou-se que a vítima era a Juliet, sendo que o autor do fato era o seu pai, Bravo, prevalecendo-se das relações domésticas. Após adotar os procedimentos para resolução do fato, a equipe constatou que a violência praticada visava oprimir a vítima, que mora na casa de seus genitores. Diante da situação, estando presentes a vítima e o autor, o Sgt Alpha entrou em contato com o CPU da Unidade, pois estava com dúvidas acerca do registro do fato. De acordo com a **Resolução nº 4.745, de 26/10/2018**, que trata sobre os procedimentos operacionais para lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrências pela PMMG, marque a alternativa **CORRETA**, a respeito de como o CPU deve orientar a equipe.

- A. () Confeccionar um REDS de registro posterior, endereçado ao Juizado Especial Criminal, bem como a condução do autor em flagrante.
- B. () Confeccionar um REDS-TC, uma vez que o fato narrado descreve uma infração penal de menor potencial ofensivo. Ainda deverá aconselhar a equipe sobre o compromisso do autor de comparecer em juízo, o qual é condição indispensável para a lavratura do REDS-TC.
- C. () Confeccionar um REDS-TC, uma vez que o fato narrado descreve uma infração penal relacionada à violência doméstica e familiar contra a mulher. Ainda deverá aconselhar que, após avaliação dos policiais militares, tendo colhido as manifestações da vítima e do autor, bem como o termo de compromisso deste de comparecer em juízo, poderá liberar as partes e lavrar o REDS-TC quando o turno de serviço estiver mais tranquilo.
- D. () Confeccionar um REDS de registro imediato, endereçado à autoridade de polícia judiciária competente, bem como a condução do autor em flagrante.

47ª QUESTÃO - A **Resolução nº 5.383 – CG, de 29/08/2024**, instituiu, na Polícia Militar de Minas Gerais, a Diretriz de Segurança para o Emprego Operacional. Esta Diretriz Estratégica estabeleceu os princípios e objetivos para a implementação de uma cultura de segurança pessoal e coletiva entre os membros da PMMG. De acordo com a mencionada norma, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () O treinamento abrangente para todos os policiais militares, focado nos procedimentos de segurança e no uso correto dos equipamentos de proteção, não é um dos objetivos da Diretriz de Segurança para o Emprego Operacional.
- B. () Estabilizar o número de mortes e lesões graves em policiais militares em serviço, por não uso ou mau uso de equipamentos de proteção, é um dos objetivos da Diretriz de Segurança para o Emprego Operacional.
- C. () Um dos objetivos da Diretriz de Segurança para o Emprego Operacional é promover uma cultura de segurança no trabalho, não responsabilizando os militares por negligências relacionadas a práticas seguras.
- D. () São princípios que direcionam a Diretriz de Segurança para o Emprego Operacional: proatividade dos comandantes no zelo com o subordinado; a segurança como valor fundamental; a correção de atitudes; e a não banalização do risco.

48ª QUESTÃO - A Resolução nº 5.383 – CG, de 29/08/2024, Diretriz de Segurança para o Emprego Operacional, traz o resultado que a PMMG pretende alcançar junto aos policiais militares com a aplicação dos conceitos trazidos pela norma. Com base na referida Resolução, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () Hábitos angulares devem ser evitados, tanto pela tropa operacional, quanto pelos comandantes, uma vez que tem a capacidade de influenciar negativamente outros hábitos e aspectos na vida de uma pessoa, com potencial de gerar mudanças organizacionais.
- B. () O treinamento e a comunicação devem consolidar a cultura de segurança na PMMG. Para tanto, a Academia de Polícia Militar deverá promover a conscientização dos policiais militares por meio de treinamentos centralizados, uma vez que os comandantes não devem treinar seus subordinados em assuntos relacionados às normas e equipamentos de segurança.
- C. () O acultramento tem como objetivo transformar a segurança em um valor fundamental na cultura dos policiais militares e da própria Instituição. A cultura relacionada à adoção de procedimentos de segurança deve se converter em um hábito positivo, natural e indissociável da atividade policial.
- D. () Deve-se evitar a utilização de vivências e conhecimentos práticos, dos policiais militares, no aprimoramento de protocolos de segurança, treinamento e equipamentos, definição de medidas preventivas e identificação de áreas que demandam maior atenção e investimento em recursos.

49ª QUESTÃO - Durante uma operação da Polícia Militar de Minas Gerais, realizada em local conhecido como ponto de venda de entorpecentes, foram apreendidas 20 gramas de substância semelhante a *Cannabis sativa* (maconha), bem como 5 pinos de substância semelhante à cocaína. Foram identificados dois autores, ambos com idade superior a 18 anos, os quais alegaram que estavam portando drogas para consumo pessoal. Contudo, os policiais militares observaram que os abordados estavam de posse de uma balança de precisão, bem como registros de operações comerciais de drogas.

Diante dos fatos narrados, considerando o **Memorando nº 30.070.2/2024-EMPM**, que trouxe os procedimentos policiais decorrentes da descriminalização do porte de *Cannabis sativa* (maconha) para consumo pessoal decorrente de decisão do Supremo Tribunal Federal, marque a alternativa **CORRETA**, em relação às providências a serem tomadas pela equipe policial-militar.

- A. () Registrar um Boletim de Ocorrência pelo crime de tráfico de drogas, uma vez que, apesar da pouca quantidade de droga localizada e a alegação dos autores de que o porte das substâncias seria para consumo pessoal, existe a presença de elementos indicativos de traficância, tais como o local do fato, a balança de precisão e os registros de operações comerciais de drogas.
- B. () Apreender as substâncias encontradas com os autores do fato e lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) com o registro do REDS-TC, o qual será encaminhado ao Juizado Especial Criminal e as substâncias apreendidas à Central de Registros de Eventos de Defesa Social - Termo Circunstanciado (CREDS-TC). Os autores devem ser liberados, após a notificação para comparecer em juízo.
- C. () Apreender as substâncias encontradas com os autores do fato e registrar um Boletim de Ocorrência com natureza principal relacionada ao porte de substância análoga à droga (diversa da maconha) para consumo pessoal. Como natureza secundária, deverá constar outros tipos de infrações referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência. O registro será destinado à Delegacia de Polícia Civil com atribuições para o recebimento e as substâncias apreendidas à Central de Registros de Eventos de Defesa Social - Termo Circunstanciado (CREDS-TC).
- D. () Lavrar o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) com o registro do REDS-TC pelo crime de tráfico de drogas, em decorrência da pouca quantidade de substâncias localizadas com os autores. O REDS-TC será encaminhado ao Juizado Especial Criminal e as substâncias apreendidas à Central de Registros de Eventos de Defesa Social - Termo Circunstanciado (CREDS-TC). Os autores devem ser liberados, após a notificação para comparecer em juízo.

50ª QUESTÃO - De acordo com o **Memorando nº 30.106.2/2023**, que dispõe sobre o armazenamento adequado dos materiais decorrentes de TCO, marque a alternativa **CORRETA**.

- A. () As atividades da Central de REDS-TC são tecnicamente subordinadas às Seções Administrativas das Unidades de Execução Operacional.
- B. () A Central de REDS-TC da Unidade deverá manter um controle rigoroso sobre o recebimento dos materiais dos policiais militares responsáveis pelos REDS-TC, bem como da tramitação e demais providências decorrentes.
- C. () Os materiais apreendidos / arrecadados no REDS-TC serão encaminhados à perícia, quando necessário, somente pelo Poder Judiciário.
- D. () Na Central de REDS-TC, a entrada e a saída de vestígio poderão ser controladas pelos próprios militares que registrarem o REDS-TC, sem que haja a necessidade de protocolo.

-----corte aqui-----

RASCUNHO DO GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50